

Reforma fiscal e retomada do desenvolvimento

EDUARDO MAIA



SÃO PAULO

25 DEZ 1991

Dos colapsos financeiros às bolhas de consumo, passando pelos ciclos de safras agrícolas e programas de organização industrial, não há dimensão da economia e da política econômica que escape na teoria e na prática das influências geralmente sutis do jogo das expectativas. A situação brasileira atual, entretanto, destaca uma novidade até agora desconsiderada pelos manuais de economia — o surgimento de expectativas autistas.

O autismo é aquela patologia psíquica em que ocorre desligamento da realidade exterior e criação mental de um mundo autônomo. Nos modelos, mesmo naqueles em que se dá atenção aos fenômenos de expectativas, há basicamente dois tipos de comportamento. De um lado, as chamadas expectativas racionais, nas quais os agentes econômicos entendem as consequências de cada decisão de política econômica e, em geral, percebem a inutilidade de todas. De outro, há expectativas especulativas, em que os agentes econômicos adotam comportamentos defensivos e anti-sociais em momentos de aumento de incerteza.

Racionais ou especulativas, as expectativas dos modelos econômicos respondem a fatos nítidos, precisos, a causas identificáveis no mundo real: uma decisão de política econômica, uma sensação de que os preços estão altos ou baixos demais, a percepção de que uma conjuntura é desfavorável, e assim por diante. No

Brasil de hoje, entretanto, as coisas pioram, mas as expectativas pessimistas que sem dúvida comandam a aceleração da inflação parecem dominadas por um pânico autista, por um cansaço do cálculo, uma exaustão das causas.

É claro que há motivos de sobra, nos acontecimentos recentes, para justificar este estado de espírito. Diminuiu-se a remessa de recursos ao Exterior. Os salários foram rebajados a níveis sem precedentes. Provocou-se uma recessão sem paralelo na História brasileira contemporânea. Cancelou-se parte substancial da enorme dívida pública que angustiava os credores domésticos do governo. Liberalizou-se o sistema de preços com cautela inaudita e com um sem-número de negociações setoriais. Produziram-se superávits fiscais por meses sem conta, incluindo-se no esforço a compressão do gasto público. Abafaram-se por tempo recorde os mercados de risco, como o dólar paralelo. Elevaram-se os juros para evitar a especulação com estoques. A lista das armas antiinflacionárias é longa e poderia alongar-se ainda mais. Mas a inflação está novamente se acelerando, apesar de todas as medidas adotadas pelo governo federal durante estes 20 meses.

Não pretendo defender, como tantos e cada vez mais, que a crise é puramente política, de governabilidade, de constitucionalidade. Se as expectativas dos agentes econômicos fogem ao previsto pelos modelos, se caem numa espécie de autismo, creio que a própria análise econômica tem ainda algo a dizer. E aqui interrompo a metáfora da patologia psíquica. Se os agentes econômicos se entrinham nesse mundo

indiferente à realidade, é porque se transformou a realidade econômica numa esfera de decisões hostil aos agentes. Essa hostilidade surge e vinga quando, durante anos a fio, tudo se decide de cima para baixo, e tudo se decide pensando no hoje ou, no máximo, no amanhã, mas nunca no depois de amanhã. Falta coordenação e faltam projetos de longo prazo, ou seja, investimentos. E esta é uma das mais pesadas heranças da década passada.

A crise dos anos 80 e às frustradas tentativas dos planos de estabilização econômica engendrados durante os últimos seis anos aprofundaram a crise fiscal do Estado e reduziram drasticamente a confiança do empresariado na recuperação da economia. A combinação destes dois fatores produziu uma queda significativa do volume dos investimentos, pois o Estado, em crise de financiamento, cortou o investimento público, e os empresários, em crise de confiança e desorientados pelo caráter errático das políticas econômicas do período recente, reduziram suas aplicações no sistema produtivo.

É imperioso que sejam reestruturados os mecanismos de sustentação financeira do setor público, por meio de formas alternativas de financiamento que não sejam inflacionárias. A efetivação de uma reforma fiscal garantirá a liberação de recursos para a retomada dos investimentos na área social e na infra-estrutura de serviços públicos, bem como tornará viável uma sólida política de parceria com a iniciativa privada, rumo ao desenvolvimento econômico.

Com a destinação do gasto público para o investimento e com a recuperação da capaci-

dade de planejamento e coordenação do Estado, poderemos avançar no processo de estabilização da economia e na instituição de uma política econômica que torne viável a retomada do crescimento. Ela pressupõe nova forma de relacionamento do Estado com o setor privado, estabelecida a partir de instituições que tornem viável uma gestão moderna e eficiente do gasto público, o que implica firmar contratos de gestão e fixar um padrão de controle sobre os resultados das aplicações de recursos do Estado na atividade produtiva.

Para tanto, devemos concentrar nossos esforços no sentido de tornar viáveis processos e mecanismos que contribuam para a reestruturação do financiamento do setor público. Adotar políticas de incentivo ao investimento externo no Brasil, contemplando propostas que, inseridas numa política industrial, efetivem a privatização de empresas públicas (em todas as áreas em que a intervenção do Estado não seja considerada imprescindível) e de políticas de estímulo à conversão da dívida externa em investimento e de indução à repatriação de capitais nacionais depositados no Exterior.

A possibilidade de efetivação de um entendimento nacional depende de justo reordenamento fiscal, cuja definição deve ocorrer em contexto de transparente identificação das prioridades de longo prazo que garantam a recuperação da economia e a retomada do processo de desenvolvimento e devolvam à sociedade uma perspectiva mais otimista com relação ao futuro do País.

Eduardo Maia é secretário de Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo.